dia(s) a partir de 29 de janeiro de 2025; Raquel Ferreira e Ferreira, Entre Rios de Minas, um dia a partir de 28 de janeiro de 2025; Sâmara Marta Matos Marquez, Ituiutaba, um dia a partir de 28 de janeiro de 2025; Sarah Maria Carvalho Brum, Belo Horizonte, trinta dia(s) a partir de 20 de janeiro de 2025; Selene Maria da Silva e Nascimento, Belo Horizonte, dois dia(s) a partir de 30 de janeiro de 2025; Synara Barbosa Leite, Montes Claros, dez dia(s) a partir de 28 de janeiro de 2025 Prorrogação; Thais Guedes de Moura, Belo Horizonte, um dia a partir de 31 de janeiro de 2025; Thales Emilio Pimenta Modesto, Várzea da Palma, treze dia(s) a partir de 19 de janeiro de 2025 Prorrogação; Valdelirio Ferreira Pinto, Nova Serrana, quinze dia(s) a partir de 27 de janeiro de 2025.

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

De ordem do Excelentíssimo Sr. Desembargador 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Superintendente da EJEJF, Saulo Versiani Penna, nos termos do Edital nº 1/2024, disponibilizado no Diário do Judiciário eletrônico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, edição nº 137/2024, de 24/7/2024, Caderno Administrativo, página 17, publica-se abaixo a relação de artigos selecionados via Edital para comporem a obra “200 anos do Direito Constitucional brasileiro”:

Lista de artigos selecionados via Edital para a obra “200 anos do Direito Constitucional brasileiro” (nomes dos autores em ordem alfabética)

Autor(es)	Título do artigo
Adriano da Silva Ribeiro e Daniel Stefani Ribas	Direito civil-constitucional: avanço ou retrocesso?
André Ladeira da Rocha Leão e Roberto Almeida da Rocha Leão	O ativismo legislativo por meio das emendas orçamentárias e o paradigma constitucional emergente
Brena Beatriz Barbosa	A mutação constitucional como mecanismo para a prática do ativismo judicial
Deivisson Alexandre e Reinaldo Daniel Moreira	CF/88 e o direito processual constitucional: uma nova ordem democrática e um novo paradigma de processo na história do constitucionalismo brasileiro
Fernando José Armando Ribeiro	O conceito de constituição na modernidade: um estudo a partir da Revolução Francesa
Gabriela Oliveira Freitas	Por uma compreensão processualizada do Estado Democrático de Direito
Giovanni Galvão Vilaça Gregório e Izabella Alves Jorge Bittencourt	Ativismo judicial, separação dos poderes e a concretização de direitos fundamentais: a perspectiva minimalista de <i>Cass Sunstein</i>
Guilherme Sabi de Mello Antunes e Sebastião Sérgio da Silveira	Do povo, para o povo e pelo povo – a democracia sob a dogmática constitucional e estrutural do Estado Brasileiro
Henrique Abi-Ackel Torres e Júlia Garcia Resende Costa	Mandatos coletivos e compartilhados: uma análise sobre a constitucionalidade das candidaturas coletivas
Igor Alves Noberto Soares	Lineamentos sobre o tribunal do júri na história constitucional brasileira
João Carlos Leal Junior	Acesso à justiça na perspectiva do neoconstitucionalismo e a contribuição dos meios alternativos de solução de conflitos para sua concretização
Joemilson Donizetti Lopes e Thaisa Caroline Ferraz Silva Lopes	A evolução do federalismo nos 200 anos do constitucionalismo brasileiro
José Marcos Rodrigues Vieira	A prejudicial de inconstitucionalidade na evolução do Direito Brasileiro
Júlio César Muniz e Paulo César Crivelaro	O presidencialismo de coalizão: suas fraturas e crise da democracia
Kildare Oliveira Teixeira	Pós-modernidade constitucional e o Direito Notarial e Registral
Lílian Maciel Santos e Laura Campolina Monti	Poder constituinte originário: legitimidade e representação nas Constituições brasileiras
Luís Carlos Balbino Gambogi	O Poder e a Constituição
Luís Gustavo Reis Mundim	Populismo autoritário e interpretação constitucional: uma refutação à interpretação não-democrática do artigo 142 da Constituição de 1988
Marcelo da Cruz Trigueiro	A inconstitucionalidade da tributação do ITCMD sobre os planos de previdência: Plano Gerador de Benefício Livre e Vida Gerador de Benefício Livre
Marcelo de Oliveira Milagres	O constitucionalismo brasileiro e o Direito Civil: constitucionalização ou codificação?
Mardeli Maria da Mata	A educação “ainda” é um direito social
Matheus de Mendonça Teixeira	Propriedade intelectual e inteligência artificial: análise de paradigmas sobre autoria e responsabilidade legal na produção de obras geradas por IA
Murilo Silvio de Abreu	O contencioso judicial do imposto sobre bens e serviços - IBS deve ser retirado da Justiça Estadual e entregue à Justiça Federal? Existe alternativa mais célere, democrática e previsível
Paulo Rubens Salomão Caputo	O assentamento de uma teoria do processo nas bases da Carta Constitucional de 1988
Renato Luís Dresch e Róscio Corrêa Monteiro	A constitucionalização do direito à saúde e a saúde na Constituição brasileira
Rodrigo Martins Faria	Constitucionalismo digital: um último capítulo escrito por esse convidado (in)esperado

Thiago Brega de Assis	A constituição como <i>logos</i>
Vinicius Miranda Gomes	A relevância dos limites materiais ao poder de revisão constitucional

ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES

DIRETORIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Diretor Executivo: Iácones Batista Vargas

GERÊNCIA DE ESTÁGIO E CONCURSO

Gerente: Ana Paula Andrade Prosdocimi da Silva

EXAME NACIONAL DOS CARTÓRIOS - ENAC EDITAL Nº 01/2025

PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

O Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Diretor Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes,

CONSIDERANDO a Resolução nº 81/CNJ/2009, que “Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital”;

CONSIDERANDO a Resolução nº 203/CNJ/2015, que “Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura”;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 3º, §1º, da Resolução nº 81/CNJ/2009, serão reservadas aos negros o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) das serventias vagas oferecidas no certame de provimento, aplicando-se a Resolução CNJ nº 203, de 23 de junho de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução nº 541/CNJ/2023 que “Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções CNJ nº 81/2009, 75/2009 e 203/2015”;

CONSIDERANDO a publicação, em 24.01.2025, do Edital nº 1/2025 do Exame Nacional dos Cartórios – ENAC;

CONSIDERANDO que, nos termos do item 4.2, do Edital nº 1/2025 do Exame Nacional dos Cartórios, a pessoa autodeclarada negra deverá solicitar a validação de sua condição à Comissão de Heteroidentificação do Tribunal de Justiça do Estado do seu domicílio;

COMUNICA aos candidatos do Exame Nacional dos Cartórios regido pelo Edital nº 1/2025 com domicílio em Minas Gerais e a quem mais possa interessar que:

I – A pessoa autodeclarada negra deverá solicitar a validação de sua condição, por meio do SEI – Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no período de **07 de fevereiro de 2025 a 07 de março de 2025**;

II - Todas as informações referentes ao SEI estão disponíveis no site do TJMG www.tjmg.jus.br, acessando Cidadão > Carta de serviços > Sistema Eletrônico de Informações, ou diretamente por meio do link <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/servicos/sistema-eletronico-de-informacoes.htm>. Utilize preferencialmente o navegador Chrome;

III - Para que ocorra a liberação do cadastro como usuário externo no SEI, preencha o formulário "Cadastro de Usuário Externo", disponível em https://sei.tjmg.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0;

IV – Após o cadastro de usuário externo, acesse o link https://sei.tjmg.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e siga as instruções que receberá por e-mail;

V - A ativação do cadastro NÃO É IMEDIATA. O candidato deve aguardar o retorno do Suporte SEI, exclusivamente por e-mail, sinalizando a liberação de acesso, o que, normalmente, ocorre no mesmo dia da solicitação. No entanto, nos casos em que o e-mail de solicitação de acesso for enviado após as 17h, a ativação de cadastro poderá ser realizada na manhã do dia útil posterior, conforme o volume de demandas do Suporte SEI e considerando o respectivo horário de atendimento, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 18h;

VI - Após o cadastro ser liberado, o candidato deverá acessar o link https://sei.tjmg.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e fazer o login no sistema com o e-mail e senha cadastrados;